

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A ATUAÇÃO DOS PROFESSORES JUNTO AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Dayana Tainá Alves da Silva¹
Erika Rodrigues de Freitas²
Simone Conceição Rodrigues da Silva³
Dra. Otilia Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas⁴

RESUMO

A pesquisa objetiva analisar as práticas de ensino de educação inclusiva na ótica de escolas públicas do DF, compreendendo o desenvolvimento dos professores que trabalham e atuam com estudantes com necessidades educacionais especiais. O objeto em questão estruturou-se a partir do seguinte problema: Qual a percepção dos professores em relação aos alunos com deficiência? Para a metodologia, optou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa, mediante pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Os instrumentos de pesquisa realizados foram o questionário e a observação com professores. O estudo encontra-se ancorado à luz dos autores: Tardif (2008) e Curado (2014) que sustentam a formação docente para atuar na escolarização; Maricélia Souto (2014), Mantoan (2013, 2015), Carvalho (2014), Orrú (2017) e Vygotsky, que contextualizam o desenvolvimento infantil e a educação inclusiva. Buscou-se investigar o posicionamento do professor hoje no ensino inclusivo, como forma de sensibilizá-los para uma prática transformadora na formação do discente. Os resultados da pesquisa demonstraram que os professores tem ciência sobre a educação inclusiva; no entanto, apresentam carência quanto ao conhecimento das diversas deficiências e as adoções para o uso de recursos e atividades diferenciadas, para trabalhar na sala de aula com os alunos que apresentam alguma limitação. Concluímos que a formação continuada torna-se um viés de superação e avanço nas práticas pedagógicas no contexto escolar, pois, os professores podem não só buscar meios para ensinar, mas aprender fazendo na prática do dia a dia, o que torna mais significativo o olhar do professor em relação aos seus alunos.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Formação de professores, Deficiência, Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa apresenta-se intitulada “A educação inclusiva: a atuação dos professores junto aos alunos com deficiência”, tendo como problema: Qual a percepção dos professores do ensino básico em relação aos alunos com deficiência? A partir desses conceitos (aprendizagem, formação de professores e deficiência intelectual) o estudo delineou como **Objetivo geral:** Analisar as práticas de ensino na educação inclusiva sob a ótica de escolas públicas do DF. Posto isto, os **objetivos específicos** traçados, foram: delinear a concepção de

¹Graduanda Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília - UnB, ; annaalves1415@gmail.com

² Mestranda pelo Curso Mestrado em Educação da Universidade de Brasília – UnB kikafr@gmail.com;

³ Mestre em Educação pela Universidade de Brasília – UnB simonne.conceicao@gmail.com

⁴ Professor Dra. orientadora: Pós-doc, Universidade de Brasília - UnB, otliadantas@gmail.com.

educação inclusiva e das principais deficiências; compreender como ocorre a prática dos professores do ensino básico com alunos especiais, bem como a importância da formação continuada nesse processo.

A justificativa surgiu a partir da escolha do tema, que se deu em virtude da trajetória de uma das autoras desta pesquisa como uma pessoa com Deficiência Intelectual – DI, além da necessidade de conhecer sobre a atuação dos professores com os estudantes especiais em escolas públicas do Distrito Federal – DF.

Consideramos importante que, no âmbito educacional, os professores valorizem as fases de desenvolvimento do ser humano, pois estas possuem relação com a aprendizagem. Sendo que para explicá-la, existem teóricos que nos ajudam a fazer a compreensão de modo geral, entendendo como se dá a relação sujeito x aprendizagem, sendo que as teorias elencadas para este estudo foram: a concepção de Piaget e Vygotsky.

A partir do referencial teórico e pesquisa de campo, observamos que a conclusão desta pesquisa traz a formação continuada como um viés de superação e avanço nas práticas pedagógicas no contexto escolar, pois, os professores podem não só buscar meios para ensinar, mas aprender fazendo na prática do dia a dia o que torna mais significativo o olhar do professor em relação aos seus alunos. Nesse sentido, compreende-se que é fundamental que o professor sempre busque uma formação continuada, isto é, um aperfeiçoamento para compreender as limitações dos estudantes e encontrar nas práticas pedagógicas métodos, meios, soluções e caminhos que façam levar estes alunos a uma aprendizagem significativa. Acredita-se que o tema possa contribuir para a inclusão dos alunos com deficiência na educação básica, como forma de despertar nos professores que atuam neste segmento uma mudança de olhar, para a transformação na postura de pensamento e atitudes, entendendo que todos devem ser tratados de forma igual.

METODOLOGIA

A pesquisa concretizada foi de natureza qualitativa e quantitativa. No que se refere à qualitativa, esta se caracteriza por ser uma pesquisa que atendeu aos propósitos desse objeto de estudo, pois vai para além dos dados que é realizada mediante levantamento. É uma pesquisa interpretativa, dado que se pode mudar a todo tempo, tem um raciocínio complexo, multifacetado e interativo, com estratégias de pesquisa variadas. (CRESWELL, 2007).

O estudo ocorreu mediante pesquisa bibliográfica e de campo. Para Gil (2002, p.44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído

principalmente de livros e artigos científicos”. Gil (2002) salienta que se faz necessário trazer a materialização da educação inclusiva no processo de ensino e aprendizagem a partir do olhar de autores renomados.

Parra e Almeida (2002, p.102), descrevem que a pesquisa de campo “[...] é a consulta por meio de questionário ou entrevista junto aos elementos envolvidos, que permite a análise e conclusões, segundo objetivos previamente estabelecidos. [...] Essa pesquisa tem como base observar os fatos como ocorrem.” A pesquisa de campo foi realizada com professores da Secretaria de Educação do Distrito Federal do ensino fundamental (anos iniciais) com intuito de analisar e compreender a atuação destes profissionais junto aos estudantes com necessidades educacionais especiais.

O instrumento para coleta de dados foi o questionário de perguntas fechadas e abertas. Cervo, Bervian e Silva (2007, p.53) definem que “[...] o questionário é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com mais exatidão o que se deseja. Em geral, a palavra questionário refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche.” O questionário foi escolhido para fazer parte deste estudo por ofertar a possibilidade de atingir os propósitos idealizados nos objetivos.

DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento da aprendizagem na educação inclusiva

Para falar de inclusão, primeiramente faz-se necessário entender como se dá a concepção do **desenvolvimento da aprendizagem** na educação inclusiva. Para Coelho (2012, p.42): “Considera-se que o conhecimento advenha-se da relação que se estabelece entre o sujeito e o meio.” Na sala de aula, o professor estabelece um vínculo com o estudante por meio de uma relação dialética, permitindo que haja uma melhor adaptação ao meio, bem como uma compreensão do que está sendo estudado.

O conhecimento se estabelece a partir de uma ação conjunta entre o sujeito e o meio em que se encontra. Portanto, acredita-se ser de suma importância que haja no âmbito da educação inclusiva um olhar diferenciado do professor para com os alunos que apresentam ou tem uma deficiência ou qualquer outro tipo de limitação, que os impeçam de adquirir o conhecimento como os demais estudantes ditos “normais”. A assimilação e a acomodação apresentadas por Piaget, demonstram como um processo de adaptação do conhecimento, no

qual o aluno já se apropriou do saber para buscar o equilíbrio necessário para estruturar as linhas ascendentes, partindo dos conhecimentos mais simples para os mais complexos.

Finaliza-se essa abordagem do desenvolvimento com a teoria de Vygotsky, ao qual, criou o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal. Para Coelho (2012, p.45) “[...] o meio cultural e histórico são constitutivos do desenvolvimento humano, o que permite superar as dicotomias individual/social, natureza/cultura, biológico/social, razão/emoção.”

Para Vygotsky, o meio influencia no desenvolvimento da aprendizagem do aluno, de modo que a Zona de Desenvolvimento Imanente permite a mediação simbólica entre a Zona de desenvolvimento Real. Na educação inclusiva, essa abordagem é concebida pela escola como uma teoria de suma relevância, tendo em vista que há uma perspectiva de superação de barreiras nas dificuldades enfrentadas pelo aluno. O professor, por sua vez, pode encontrar nessa abordagem o alicerce para as práticas pedagógicas a partir das interações em conjunto com os alunos.

Os tipos de deficiências: uma breve exposição

Para Carvalho (2000, p.15), “a educação especial tem sido considerada como a educação de pessoas com deficiência, seja ela mental, auditiva, visual, motora, física, múltipla ou decorrente de distúrbios invasivos do desenvolvimento.” Diante disso, destacamos que as pessoas podem apresentar limitações, como, por exemplo, em virtude de algumas deficiências.

Tanto as deficiências física, auditiva, quanto a mental, visual, requerem dos professores das escolas e universidades uma mudança de postura. Diante desse contexto, inicia-se o conceito das deficiências com o Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, o qual estabelece como deficiência auditiva a “perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz” (DECRETO FEDERAL, nº3.298, 1999).

A **Deficiência Auditiva** é uma das deficiências com mais conceitos no campo acadêmico; no entanto, nota-se que ainda precisa ser investigada e trabalhada de forma a ser aprimorada nas atividades no campo educacional e social do sujeito. Percebe-se que:

96% das crianças surdas são filhas de pais ouvintes, a instituição educacional se apresenta como o ambiente privilegiado de aquisição da primeira língua. Dessa forma, a educação da criança surda deverá organizar-se de modo a promover o seu desenvolvimento, considerando o importante papel desempenhado pela linguagem (Secretaria de Educação, 2010, p. 24).

Se a maioria das pessoas surdas são filhos de pais ouvintes, isso requer um trabalho social maior da escola, da instituição de ensino superior e do Estado, para que haja uma organização do planejamento. A educação inclusiva pode ocorrer no trabalho docente de forma ativa e presente na vida dos alunos e dos pais, mais pra isso, se faz necessário o compromisso da sociedade e do próprio sujeito.

Após tratar da deficiência auditiva, iremos abordar sobre a **Deficiência Visual** que se refere a:

Situação de perda total da visão – denominada cegueira – ou a um quadro de baixa visão. Pode-se, portanto, conceituá-la como:

- **cegueira:** situação de ausência total de visão, chegando, inclusive, à perda total de projeção de luz. O estudante cego necessita, para o seu desenvolvimento educacional, de atendimentos específicos, tais como: domínio do Braille, sorobã, orientação e mobilidade, dentre outros.
- **baixa visão:** prejuízo da função visual mesmo após tratamento e/ou refração óptica. As condições de baixa visão são variáveis, bem como as necessidades educacionais especiais do estudante com baixa visão, que variam de um para outro, de acordo com o grau de sua perda visual. (Secretaria de Educação, 2010, p. 25).

Na deficiência visual normalmente há um diagnóstico mais preciso para averiguar o comportamento do estudante. Na Secretaria de Educação há uma instituição de ensino voltada para estes alunos, que é o Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais (CEEDV), tendo em vista que as outras escolas não estão tão preparadas para receber o aluno que apresenta essa deficiência. Agora tratando sobre a **Deficiência Física**, esta pode ser definida como aquela que é:

Caracterizada pelo comportamento de condições motoras que acometem algumas pessoas de forma a comprometer-lhes a mobilidade, sua coordenação motora geral e/ou sua fala. Geralmente essas implicações são conseqüentes de lesões neurológicas, neuromusculares, ortopédicas, reumáticas ou má-formação de natureza congênita. Dessa forma, conforme documentos orientadores nacionais (MEC, 2004), a deficiência física refere-se ao comprometimento do aparelho locomotor, que compreende o sistema osteoarticular, o sistema muscular e o sistema nervoso. (Secretaria de Educação, 2010 p.27).

A deficiência física compromete a mobilidade com outras limitações que podem vir a ocorrer no cotidiano das pessoas. No que se refere à **Deficiência mental**, mais precisamente a intelectual, entendemos que para abordá-la faz-se necessário conhecer a sua terminologia. Nesse contexto, Belo, Caridade, et.al. (2008, p.4) discorrem que a Deficiência Intelectual é:

Assim, na primeira metade do século XX, o Quociente de Inteligência (QI) foi entendido como estimativa de um potencial intelectual inato, um reflexo de uma inteligência geral, unidimensional e unideterminada, inalterável e não permeável às

influências socioculturais e educativas. Paralelamente, a deficiência intelectual foi perspectivada como um déficit intelectual, de que o QI era a expressão numérica, de natureza individual e etiologia orgânica, imutável e incurável.

O QI com déficit passou a ser considerado como um fator para a deficiência intelectual, mesmo sabendo que existiam outras características para o diagnóstico. Nesse sentido, a criança que apresentava o QI baixo era considerada deficiente intelectual, sendo que este QI poderia ser decorrente de diversas causas, até mesmo alguma intercorrência durante o nascimento. Com o passar dos anos, os pais começaram a perceber que não era somente o QI, mas que haviam dificuldades diversas na aprendizagem, no comportamento, na vida social. No entanto, nem sempre eram investigadas de forma precoce. Ao chegar à escola, se iniciavam as dificuldades, que na maioria dos casos são percebidas pelos professores que encaminhavam o estudante para os apoios (psicólogo, pedagogos, psicopedagogos).

Ainda neste contexto se faz importante frisar o conceito de Deficiência Intelectual/Mental mais atual. Dessa forma a

American Association on Intellectual and Developmental Disabilities – AAIDD, deficiência intelectual/mentalé a “incapacidade caracterizada por importantes limitações, tanto funcionamento intelectual como no comportamento adaptativo, expressa nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas. Essa incapacidade tem início antes dos 18 anos de idade” (AAMR, 2006, p. 20 *apud* Secretaria de Educação, 2010, p. 22).

Assim, destacam-se algumas dificuldades apresentadas pelas pessoas que tem QI considerado baixo: dificuldade para resoluções de problemas e cálculos não só matemáticos mais também relacionados à vida cotidiana; dificuldade para argumentar e responder situações em grupos, em família, na escola, etc., dificuldade para processar as informações; dificuldade para leitura e escrita; pode apresentar outros distúrbios e transtornos como TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade), dislexia, dentre outros.

A pessoa com deficiência intelectual apresenta em seu contexto social e escolar dificuldade, no entanto desenvolve habilidades a partir da aprendizagem práticas motivadoras sejam elas por meio da música, dos jogos, da leitura, da pintura, dentre outras que expressam a sua capacidade de desenvolvimento de aprender e ensinar. Portanto, acreditar-se que:

As habilidades intelectuais referem-se à inteligência, compreendida como uma habilidade mental geral, cuja aplicação dá-se por meio do raciocínio, do planejamento, da resolução de problemas, do pensamento abstrato, da compreensão de idéias complexas e da aprendizagem rápida, baseadas nas experiências da própria pessoa. O comportamento adaptativo é a reunião das habilidades conceituais, sociais

e práticas que foram aprendidas pelas pessoas e são colocadas em prática em seu cotidiano (Secretaria de Educação, 2010, p. 23).

Tratou-se neste estudo do conceito de algumas deficiências e suas limitações. Nesse sentido, faz-se importante que o aluno tenha o acompanhamento por uma equipe de apoio, para desenvolver estas habilidades na escola e no ensino superior, dado que também irá auxiliar na aprendizagem e inclusão desses estudantes no ensino, levando-os a superar as barreiras para não só vencer, mas também transformar o saber em cidadania.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação inclusiva sob a ótica dos docentes da secretaria de educação do distrito federal (SEEDF)

De acordo com os objetivos propostos, consideramos a importância de verificar qual a percepção dos professores da SEEDF sobre a educação inclusiva e inteirar-se um pouco mais sobre o processo de inclusão. Para isso, foi aplicado um questionário a 6 professores (P1, P2, P3, P4, P5 e P6) da Secretaria de Educação do Distrito Federal, de diferentes regionais de ensino, com 10 perguntas abertas.

Um trabalho diferenciado: a adaptação da escola pública aos alunos com necessidades especiais

Inicialmente, no tocante à organização de estrutura física e pedagógica da escola pública, para receber os estudantes com necessidades especiais, os participantes da pesquisa informaram que para os alunos que ainda não estão incluídos nas classes regulares há as classes especiais, onde “toda estrutura é preparada para acolher o aluno especial (...) e se faz as adaptações e adequações curriculares” (P1). “A equipe pedagógica tenta adaptar os espaços da escola, mas essas mudanças dependem de apoio governamental” (P2). “As escolas, por lei, devem estar adaptadas para receber alunos com as diversas deficiências” (P4).

Percebemos a partir das respostas dos professores que a escola procura adaptar os conteúdos pedagógicos e o espaço físico para receber esses estudantes, mas que nem sempre é possível, pois são necessários recursos financeiros provenientes do Estado, mesmo existindo legislações que amparam os alunos especiais. Foram citadas as demandas em relação aos especialistas para atendimento desses alunos, sendo que “a escola deve ter uma equipe de especialistas que atende as demandas do aluno especial, dentro do que é possível” (P6).

O papel do professor na educação inclusiva

Acreditamos que o papel desenvolvido pelo professor em sala de aula é de fundamental importância para a inclusão dos alunos especiais e na melhoria da aprendizagem, tendo em vista a necessidade de um olhar mais diferenciado a esses estudantes. Neste contexto, indagamos aos professores **qual o papel do professor em relação aos alunos com deficiência ou transtornos e como o professor pode auxiliá-los no desenvolvimento das atividades**. Sendo as respostas contempladas na **Tabela 1**.

Tabela 1: O papel do professor na educação inclusiva

Respostas	Frequência
Ter um olhar diferenciado	01
Criar recursos para atingir as necessidades do aluno	01
Propor atividade para integrar a turma	03
Ser facilitador da aprendizagem	02
Respeitar as limitações dos estudantes	02
Trabalhar o respeito e as diferenças em sala de aula	01
Total	10

Fonte: Tabela elaborada pela autora (2019).

Sobre o papel do professor, observamos que os pesquisados citaram a questão de ter um olhar diferenciado para os estudantes, além de promover a integração da turma. Entendemos que o respeito às diferenças e a adequação de atividades, foram fatores tratados como sendo essenciais para o auxílio a aprendizagem do estudante.

De acordo com os professores, o desenvolvimento e planejamento didático das atividades para os alunos especiais ocorre individualmente, pois “na escola nem sempre os recursos que precisamos existe” (P1). Os docentes são avisados sobre o diagnóstico de cada aluno especial, para assim fazer o planejamento das atividades.

São utilizados também, outros documentos da SEEDF, como por exemplo, o Currículo em Movimento da SEEDF, “com as devidas adequações e adaptações referentes à cada turma” (P3, demonstrando que alguns professores tem o conhecimento de documentos oficiais e os utilizam para fazer o planejamento pedagógico.

O trabalho de apoio pedagógico das equipes especializadas

Na SEEDF existem equipes de apoio aos professores no que se refere aos estudantes com deficiência (Sala de Recursos) e aos estudantes com transtornos funcionais e dificuldades de aprendizagem (Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem). De acordo com os

documentos da SEEDF, tais como as Orientações Pedagógicas desses serviços, essas equipes trabalham com intervenção e assessoramento aos professores no que diz respeito às aprendizagens desses estudantes e adequação dos conteúdos para o planejamento das atividades.

No aspecto da temática da inclusão, interrogamos a respeito de **como ocorre a articulação entre a Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem, Sala de Recursos, orientação educacional, coordenador pedagógico e outros**, em relação ao trabalho desenvolvido com as crianças especiais

Tabela 2: Articulação entre as equipes de apoio, coordenador e outros

Respostas	Frequência
Não há uma articulação	02
São realizadas reuniões com os professores e as equipes	02
Raramente ocorre essa articulação	01
Existe uma fragmentação no trabalho pedagógico da escola	01
Reuniões periódicas com as famílias dos estudantes	01
Projetos escolares	01
Total	08

Fonte: Tabela elaborada pela autora (2019)

Percebemos que a articulação não é visualizada por todos que estão na escola. “A sala de recursos esse ano nem teve funcionamento” (P1). A falta de profissionais ainda se caracteriza como um grande problema nas escolas públicas do DF e foi possível perceber que os professores gostariam que houvesse uma maior integração em toda a escola em prol dos alunos especiais, pois o trabalho fragmentado ainda é persistente. “Observa-se uma fragmentação devido à grande demanda de trabalho que cada indivíduo recebe, deixando assim uma lacuna quanto o acompanhamento do desenvolvimento desses estudantes” (P4). Projetos pedagógicos foram citados como uma articulação da escola, tendo em vista que “a escola promove ações reflexivas de inclusão com professores e alunos (...) por meio de projetos” (P6).

Inclusão e formação continuada: influências no trabalho docente?

Compreendemos a formação continuada como facilitadora da práxis docente e em relação à prática do professor na inclusão não poderia ser diferente. Nesse sentido, questionamos aos participantes **se a formação de professores seria importante para se trabalhar com crianças especiais.**

Tabela 3: Formação de professores e suas possíveis influências

Respostas	Frequência
É importante conhecer as características de cada deficiência	01
Entender quais são os “entraves” na aprendizagem	01
Dominar técnicas e estratégias adequadas	04
É importante que o professor realize cursos na EAPE	01
Atualização da sua prática	01
Adquirir embasamento teórico	02
Ter um novo olhar a partir da formação	01
Total	10

Fonte: Tabela elaborada pela autora (2019)

Conhecer métodos e técnicas para trabalhar com crianças especiais foi citado por 50% dos participantes da pesquisa. Observa-se que os docentes estão em busca de estratégias e possuem muitas dúvidas sobre como ensinar uma criança com deficiência ou transtorno. “Sem dúvida, a formação continuada auxilia muito o professor para melhorar suas práticas, métodos de ensinar e repensar sobre suas atuações” (P2). A relação teoria e prática faz parte da consciência desses professores: “a junção teoria e prática são habilidades desenvolvidas principalmente na formação continuada” (P4).

Depreendemos que os docentes têm a formação continuada como um dos alicerces para a sua prática e que consideram o estudo teórico como um dos fatores de sucesso; entendem também que não somente a teoria é importante, mas a forma como irão conduzir a aprendizagem desses estudantes diante da realidade da educação inclusiva. “Com a formação continuada o professor compreende melhor as características de desenvolvimento dos estudantes e como contribuir para um processo de aprendizagem satisfatório” (P4). “Em primeiro lugar é preciso querer fazer um trabalho diferente, para buscar atender as demandas do aluno; outra coisa, é importante conhecer esse aluno em suas especificidades e estudar tal deficiência” (P6).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco deste trabalho consistiu em analisar as práticas de ensino na educação inclusiva a partir da realidade de escolas públicas do Distrito Federal. Com o referencial abordado e a pesquisa de campo, foi perceptível que a temática da educação inclusiva se mostrou presente na atual realidade das escolas, sendo necessário cada vez mais um olhar sensível por parte dos docentes e demais profissionais envolvidos na organização pedagógica da escola.

Ao analisar os dados, percebeu-se, em campo, que o conhecimento a respeito dos tipos de deficiências e transtornos funcionais, é de grande valia para os profissionais da educação.

A partir do conhecimento das especificidades das deficiências, o professor pode traçar um plano de trabalho que atenda às necessidades de cada aluno.

Dentro dessa escola pública de Educação Básica, foi possível observar que atualmente existem avanços, principalmente no aumento de estudantes especiais nas classes inclusivas, diminuindo o atendimento nos centros específicos de ensino especial.

A escola procura adaptar sua estrutura para receber os estudantes, no entanto verificamos que nem sempre é possível. Mesmo assim, os professores se mostram engajados nesta adaptação, não só física como também adaptação e adequação aos componentes curriculares. Para isso, verificou-se que existem apoios na escola, como por exemplo, os professores da Sala de Recursos e Equipes de Apoio à Aprendizagem.

Compreendemos também com este estudo que cabe a escola buscar por alternativas para contemplar a aprendizagem dos alunos com deficiência e transtornos afins, fazendo com que todo aprendizado compartilhado com os estudantes seja significativo para eles; ou seja, a escola terá que fazer adaptações e adequações das atividades e na maneira de ensinar para as pessoas com deficiência, de modo que não deixe a desejar rotulando que essas pessoas necessitam de apoio diferenciado.

Juntamente com a escola, é viável aos professores a função de buscar por alternativas diversas para trabalhar com os estudantes que demandarem de atendimento especializado, pois é direito destes estudantes a garantia ao acesso de uma educação significativa e de qualidade. O uso das adequações curriculares, já mencionada anteriormente, deve então acontecer por meio de reuniões com o corpo docente da instituição de ensino onde o aluno estuda e a participação da família é fundamental para o crescimento das pessoas no geral.

Concluimos também que é fundamental o apoio da família, bem como a sua presença no âmbito escolar dos estudantes. Quando o estudante com deficiência possui suporte vindo da família e que estes participam com frequência dos assuntos abordados na escola, entendemos que isso é um fator que auxilia na realização das demandas impostas em seu cotidiano.

A educação inclusiva auxilia e contempla o cotidiano das pessoas que necessitam de atenção diferenciada. Porém, ainda há a necessidade de avanços em relação às políticas públicas, além do investimento em formação continuada para a prática pedagógica, de modo a promover uma educação que ajude na superação das dificuldades e no enfrentamento de desafios, para que esses estudantes possam ir de encontro ao sucesso.

REFERÊNCIAS

- BELO, Chantal. CARIDADE, Helena. CABRAL, Luisa. SOUSA, Raquel. **Deficiência Intelectual: Terminologia Conceptualização**. Revistas Diversidades: Eixos de esperanças. V.22, Olinda: dezembro, 2008.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto Nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999**. (1999). Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 05 mai. 2019.
- CARVALHO, Rosita Elder. **Removendo barreiras para a aprendizagem**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2002.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- COELHO, Cristina M. Madeira: Aprendizagem e Desenvolvimento de pessoas com deficiência. In: ORRÚ, Sílvia Ester: **Estudantes com necessidades especiais: singularidades e desafios na prática pedagógica inclusiva**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012
- CRESWELL, Jonh W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativos e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. (SEEDF). **Educação Especial: Orientação pedagógica**. Brasília, 2010.
- GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- PARRA, Domingos Filho; ALMEIDA, João Santos. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Futura, 2002.
- ONU. Organização das Nações Unidas. **CDPD – Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência**. Disponível em: <https://www.fundacaodorina.org.br/a-fundacao/deficiencia-visual/convencao-da-onu-sobre-direitos-das-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso: 17 de julho de 2019.
- SILVA, Carla Maciel da. **Deficiência Intelectual no Brasil: uma análise relativa a um conceito e aos processos de escolarização**. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRGS, 2016.
- SOUTO, MaricéliaTomáz de. **Educação inclusiva no Brasil: contexto histórico e contemporaneidade**. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Química) - Universidade Estadual da Paraíba. Centro de Ciências e Tecnologia, 2014.